

O atravessamento do debate de gênero e dos feminismos na América Latina: Argentina, Brasil e Chile

Resenha sobre o livro *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile em transformação*. Eva Alterman Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Duarte Rangel (orgs.). – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019.

Marielle Guering de Mattos¹

A obra *Gênero e feminismos: Argentina, Brasil e Chile*, organizada por Eva Blay, Lúcia Avelar e Patrícia Rangel nos contempla ao reunir quatorze textos de pesquisadoras e elaboradoras de políticas públicas que dissertam acerca dos processos sociais que ocorreram na América Latina. A obra também é uma continuidade das pesquisas que deram origem ao livro *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile: a construção das mulheres como atores políticos e democráticos*². Nela, as autoras trazem análises isoladas dos três países e, em alguns capítulos, também fazem algumas análises comparativas de como os países desenvolveram algumas políticas públicas e sociais, ou abordam temáticas específicas.

Duas questões primordiais atravessam a organização da obra: a primeira tem a ver com as políticas públicas e sociais que foram geradas a partir das reivindicações das agendas feministas, a despeito da continuidade das desigualdades de gênero. A segunda questão fundamental trata da compreensão do impacto que a gestão de três países latino-americanos por presidentas teve no atendimento dos propósitos feministas (Brasil, Argentina e Chile). A obra, mais do que apresentar os êxitos e conquistas no âmbito do gênero e das organizações feministas na América Latina, apresenta as lacunas que se perpetuam, abrindo espaço para fecundas reflexões sobre os processos sociais protagonizados por mulheres.

O primeiro texto é escrito por Eva Blay, intitulado *Meio século de feminismo – um balanço da luta contra a desumanização das mulheres*. O artigo é categórico na introdução ao apresentar uma análise histórica da trajetória de disputa pelo poder político protagonizado por mulheres nos três países citados acima. Além disso, o artigo apresenta a contribuição das lutas feministas na construção da cidadania, deixando-a marcada, no caso do Brasil, na construção da Constituição de 1988. Ao separar o primeiro texto em alguns tópicos, a autora traz questões que serão exploradas ao

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela UFRRJ, orientadora pedagógica e pesquisadora das relações sociais de gênero e trabalho.

COMO CITAR: MATTOS, Marielle G. de. "O atravessamento do debate de gênero e dos feminismos na América Latina: Argentina, Brasil e Chile. In: Revista Ensaios, v. 19, jul.-dez., 2021, p. 161-165.

² O livro é resultado de uma pesquisa que teve o apoio da FAPESP de abril de 2014 até março de 2017, projeto coordenado pela pesquisadora Eva Blay da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH – USP).

longo das 488 páginas do livro, tais como autonomia, violência, soberania do corpo e as contribuições do feminino, tanto no campo teórico, quanto no campo das práticas sociais. Ao final, Eva Blay ressalta o caráter dinâmico que ela chama de “feminismos”, dado que são “processos sociais, portanto, dinâmicos, em constante movimento” (p. 24) e a possibilidade de observarmos a construção de uma nova sociedade a partir desses movimentos.

A primeira parte, intitulada *Justiça de Gênero*, reúne quatro textos escritos por autoras da Argentina, do Brasil e do Chile. Nessa sessão introdutória, a contribuição feminista é elencada a partir de exemplos práticos, como a disputa em torno do conceito de “autonomia” e as críticas elaboradas em sua construção liberal clássica (que só teria sido possível de ser formulada a partir da invisibilidade das relações de gênero), o que culminou na discussão sobre autonomia *relacional*, ao pontuar o papel das relações na construção da autonomia. É destacado também, no segundo texto, a construção do conceito de justiça a partir de uma perspectiva feminista e marcadamente latino-americana, o que faz com que sejam inclusas noções sobre a aplicabilidade dos princípios de justiça, para que de fato se exerçam mudanças nas relações de subordinação às quais as mulheres estão historicamente sujeitas.

Seguindo a mesma temática, o terceiro texto, de Alejandra Castillo, questiona a construção dos “direitos humanos” e de “autonomia” a partir de uma perspectiva masculina, em que as problemáticas causadas pela desigualdade de gênero ficam de fora e, quando pautadas, são postas como um meio para outro fim. Nesse sentido, Castillo ressalta a importância de construção de políticas que sejam críticas às representações sociais do “feminino”. Finalizando a primeira parte da obra, Patrícia Cabrera retoma a construção histórica da justiça de gênero, ressaltando a contribuição da análise interseccional e das teóricas feministas, bem como a importância de se pensar em políticas que impactem a nível macro e microssocial as relações sociais e econômicas que afetam as mulheres em decorrência da injustiça de gênero.

A segunda parte, *Violência de Gênero e Direitos Humanos*, se inicia com o texto de Dora Barrancos, intitulado *Violência não excepcional em contextos excepcionais: estupro sob o terrorismo de*

Estado – Argentina, 1976 – 1983. Nesse texto a autora faz uma retomada histórica do terrorismo de Estado que ocorreu na Argentina e contextualiza o modo como os corpos femininos eram depredados a partir da violação sexual e como isso só foi devidamente reconhecido após as reivindicações feministas que culminaram em uma nova perspectiva de análise sobre o ocorrido – incluindo aqui as próprias sobreviventes. Na sequência, o texto *Relatos feministas: discurso e experiência na construção de espaços exclusivos e de encontros para mulheres*, a autora Anita Saavedra faz uma análise empírica do caso da construção do coletivo feminista Casa da Mulher, para dissertar acerca do trabalho feminista na produção do discurso e ações práticas – como formações e encontros – na tecitura de uma identidade coletiva. O terceiro e último texto que compõe a segunda parte, escrito pela pesquisadora Tamara Amoroso Gonçalves, traz uma análise sobre as políticas de enfrentamento da violência contra a mulher, um apanhado histórico do avanço desse debate no Brasil, Argentina e Chile e os principais desafios para uma mudança substancial nesse enfrentamento.

Na terceira parte, *Gênero, Saúde, Direitos Sexuais e Reprodutivos*, o debate é iniciado com um texto de Mabel Belluci, no qual a autora empreende uma retomada sobre a luta em prol da descriminalização do aborto nos eventos do Encontro Nacional de Mulheres, na Argentina. A autora relata a trajetória histórica de ser consolidada através da construção dos debates em torno da descriminalização do aborto e saúde da mulher durante os trinta e um anos de encontro. No segundo texto, *O feminismo negro no Brasil: desafios e estratégias de consolidação de uma agenda política na área da saúde*, as pesquisadoras Márcia Lima e Flávia Rios apresentam um sumário da atuação na construção de políticas públicas na área da saúde por parte do feminismo negro brasileiro, sobretudo a partir de debates sobre o racismo institucional e racismo estrutural, que marcam as especificidades raciais dentro da luta sobre saúde da mulher nos espaços feministas.

Em seguida, Natalia Arévalo e Macarena Huaiquimilla contextualizam o debate sobre a descriminalização do aborto no Chile, onde é ressaltada a perspectiva patriarcal sob a qual as políticas públicas dos direitos das mulheres têm sido elaboradas. Desse modo, as autoras afirmam que seria um tímido avanço (mas de grande importância) a

aprovação do projeto de lei que visa descriminalizar o aborto no Chile em três casos específicos. Em contraponto, também destacam o debate que tem sido impulsionado em prol da descriminalização do aborto sem exceções, mesmo que ainda o debate ainda encontre resistência até nos movimentos de mulheres. Na mesma temática, o texto que finda a terceira parte do livro, escrito por Tamara Gonçalves e Daniela Rosendo, busca contribuir para um balanço sobre o contexto atual em prol da legalização do aborto na América Latina. As autoras ressaltam que o tema segue como um tabu ancorado em preceitos religiosos contrastado por uma falsa dicotomia de “contra” ou “a favor”, a despeito dos avanços que outras temáticas feministas tiveram. Por fim, as autoras argumentam que negar o direito ao aborto é negar a decisão sobre o próprio corpo e, deste modo, “negar-lhes a própria condição de seres humanos autônomos” (p. 414).

A quarta e última parte da obra, intitulada *Poder e Política – As presidentas de Argentina, Brasil e Chile*, é dividida em três textos das pesquisadoras Lúcia Avelar e Patrícia Rangel. O primeiro é uma breve contextualização da obra e comparação da trajetória das presidentas dos três países citados, que vivenciaram períodos ditatoriais em seus respectivos países e, posteriormente, foram eleitas via regime democrático, sendo elas: Dilma Rousseff, do Brasil, Cristina Fernández de Kirchner, na Argentina e Michelle Bachelet, no Chile. O segundo texto aprofunda as comparações sobre as três presidentas a partir das trajetórias (tanto dos países quanto próprias), dos modos de governar, e mostrando como (e se) avançaram nas políticas públicas e sociais de combate à desigualdade de gênero.

O texto que finda a obra, de mesma autoria do anterior, tem como proposta analisar os resultados alcançados pelas presidentas no que concerne às políticas de igualdade de gênero. A conclusão das autoras é de que houve avanços no que se refere ao desenvolvimento social nas formulações de políticas que incluam o gênero, mas não em políticas que de fato questionam a estrutura e os papéis tradicionais de gênero. A única que se destaca em sentido oposto é a presidenta chilena, Michelle Bachelet, que teria promovido políticas públicas que buscam a equidade dos gêneros.

Uma lacuna que pode ser observada nessa obra é a quase ausência de reflexões relativas ao debate da Divisão Sexual do Trabalho

(HIRATA & KERGOAT, 2007) e de sua realidade material nos três países. Realidade que, no entanto, interfere no modo pelo qual homens e mulheres alocam seus tempos e se inserem no mercado de trabalho (ARAÚJO et al, 2018, p. 17). Da mesma forma, a obra padece também de um comparativo sobre as políticas públicas e sociais que os países empreenderam (ou não empreenderam) no sentido da promoção de uma divisão equitativa do trabalho de reprodução social e do trabalho produtivo. Nessa mesma temática, a obra poderia ter contribuído em uma análise quantitativa e qualitativa da inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho, e também do uso do tempo dedicado por esses no trabalho doméstico e de cuidado, o que possibilitaria uma melhor visualização para o leitor e leitora das relações sociais de sexo nos três países.

Entretanto, no seu conjunto, a obra destaca com rigor os avanços, entraves e as mudanças dos debates feministas e de gênero nos três países latino-americanos. Um dos avanços observáveis seria a contribuição dos debates de gênero e pesquisadoras feministas em discussões teóricas sobre espaço público e privado, no que concerne ao conceito de autonomia, justiça social, direitos humanos, direitos das mulheres, feminismo negro. Além disso, os avanços nos debates sobre as políticas públicas, necessárias para que haja uma igualdade de gêneros, são frutos das lacunas que ainda existem, mas que são submetidas a análises constantes e por diversas perspectivas que são possíveis a partir de coletâneas como essa obra, que contribui para um estado da arte e para a continuidade do debate.

Referências Bibliográficas

ABILIO, L. C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time?. Estudos avançados, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 111-126, Apr. 2020

BLAY, E. et al. Gênero e Feminismos: Argentina, Brasil e Chile em Transformação. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2019, 488 p.

HIRATA, H. KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, v.37, n. 132, p. 595-609, Dec. 2007.